ANAIS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E MEIO AMBIENTE

TEMA:

2º DHEC - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CULTURA - DHRERMA

UNIFIP 2023.2.

COORDENADORES DA COMISSÃO ORGANIZADORA:

Pró-Reitora Acadêmica - Profa. Ms. Alana Candeia de Mélo

Vice-Reitora - Sylvania Palmeira Gomes Alves

Coordenação Acadêmica - Profa. Dra. Elzenir Pereira de Oliveira Almeida

Prof. Dr. Arnaldo Sucuma

Prof. Ms. Flávio Franklin Ferreira de Almeida

Profa. Ms. Maria do Socorro de Lucena Silva

Profa. Ms. Edilene Araújo dos Santos

Profa. Ms. Roberta Trindade Martins Lira

Profa. Ms. Giglielli Modesto Rodrigues Santos

Prof. Ms. Flaubert Cirilo Jerônimo de Paiva

Profa. Tayana Adélia Palmeira Gomes Nepomuceno

Profa. Ms. Tarciana Sampaio Costa

Profa. Amanda de Oliveira Souto

Profa. Ms. Priscila Melquiades

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Flávio Franklin Ferreira de Almeida- **Coordenador**
Prof. Ms. Adriano da Silva Félix (UNIFIP)
Profa. Dra. Ana Paula Loura Ribeiro (UNIFIP)
Prof. Dr. Arnaldo Sucuma (UNIFIP)
Profa. Ms. Luana Idalino da Silva (UNIFIP)
Prof. Ms. Profa. Ms. Charlene de Oliveira Pereira (UNIFIP)
Profa. Ms. Danielle Marinho Brasil (UNIFIP)
Me. Alexandre Augusto Bezerra da Cunha Castro
Prof. Ms. Flávio Franklin Ferreira de Almeida (UNIFIP)
Profa. Ms. Jaciara dos Santos Silva (UNIFIP)
Profa. Ms. Lidiani Tiburtino (UNIFIP)
Profa. Ms. Liélia Barbosa Oliveira (UNIFIP E IFPB)
Profa. Ms. Stella Alencar Figueiredo (UNIFIP)
Profa. Ms. Maria do Socorro de Lucena Silva (UNIFIP)
Profa. Ms. Edilene Araújo dos Santos (UNIFIP)
Profa. Ms. Roberta Trindade Martins Lira (UNIFIP)
Profa. Ms. Giglielli Modesto Rodrigues Santos (UNIFIP)
Prof. Ms. Flaubert Cirilo Jerônimo de Paiva (UNIFIP)
Profa. Tayana Adélia Palmeira Gomes Nepomuceno (UNIFIP)
Profa. Ms. Tarciana Sampaio Costa (UNIFIP)
Profa. Amanda de Oliveira Souto (UNIFIP)
Profa. Ms. Priscila Melquiades (UNIFIP)
Profa.Dra. Maylle Alves Benício
Prof. Dr.Arthur Hipólito Pereira Leite (UNIFIP)
Profa.Alba Gean Lacerda Trigueiro Palmeira (UNIFIP)
Profa. Maria do Socorro de Lucena Silva (UNIFIP)
Profa.Yasmim Gonçalves(UNIFIP)
Profa.Danielle Marinho Brasil (UNIFIP)
Profa.Patrícia Soares (UNIFIP)
Profa.Carmen Silva Alves (UNIFIP)
Profa.Thereza Christina Garcia Bezerra (UNIFIP)
Prof.Valmir Gomes de Souza (UNIFIP)
Prof.Fagner Lima Gomes (UNIFIP)
Profa.Sara Maria de Lacerda Nóbrega (UNIFIP)
Profa.Roberta Trindade Martins Lira (UNIFIP)
Profa.Mariana Andrade Bezerra (UNIFIP)
Prof. DR.Miguel Águila Toledo (UNIFIP)
Prof.Umberto Marinho de Lima Júnior (UNIFIP)
Profa.Danielle Marinho Brasil (UNIFIP)
Profa.Lídia Pinheiro da Nóbrega (UNIFIP)

TÍTULO	AUTORES
A AÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Sâmia Roberta Araújo Lopes Maria do Socorro de Lucena Silva
A INFLUÊNCIA DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE NA RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS	Lisandra Martins de Arruda Domingos Emmanuel Ferreira Sampaio Talícia Maria Alves Benício
A LEITURA SOB A PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE NA OBRA - A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER: EM TRÊS ARTIGOS QUE SE COMPLETAM	Isaias dos Santos Silva Eduardo Alves da Silva Laura Laurentino Ferreira Maria do Socorro de Lucena Silva
A NOVA ONDA DE OPIOIDES SINTÉTICOS ENTRE A POPULAÇÃO MARGINALIZADA BRASILEIRA: UM REFLEXO DA DESIGUALDADE SOCIAL	Maria Letícia Quinino Caracas Laíza Andrade Soares Diniz Danilo Silva dos Santos Talícia Maria Alves Benício
A PRODUÇÃO DE TEXTO: um reflexo da aprendizagem	Tainah Maria Cunha Lima Maria Aparecida Renata Pereira Costa Estefany Simplício dos Santos Maria do Socorro de Lucena Silva
A SAÚDE MENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES E O CRESCIMENTO DA RAPS	Lyncoln Adriani de Freitas Fábio Araújo de Lacerda Luysa Gabrielly de Araujo Morais
COERÊNCIA & COESÃO: elementos linguísticos imprescindíveis na produção de textos	Rodriely Paulo Lucena Bruna Vitória Mendes Chagas Maria Jaqueline Esperidião de Souza Maria do Socorro de Lucena Silva
DO DIREITO À PRIVACIDADE E À PERSONALIDADE: A FRAGILIDADE DOS TERMOS DE CONCESSÃO DA LGPD NA GARANTIA DESSES DIREITOS	Maria Letícia Nóbrega Pimentel Lívia Medeiros Da Nóbrega
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: UMA NECESSIDADE PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ NO BRASIL	Arnaldo Sucuma
SEGURANÇA PÚBLICA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL: ANÁLISE DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE E GARANTISMO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	Amanda Luisa Teixeira Leite Maria Aparecida Gomes Leandro Flávio Franklin Ferreira de Almeida
TERRAS RARAS: CONFLITO TECNOLOGICO ENVOLVENDO DUAS DAS MAIORES POTENCIAS MUNDIAS CHINA E ESTADOS UNIDOS.	Maria Daniela de Sousa

A AÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Sâmia Roberta Araújo Lopes, Maria do Socorro de Lucena Silva
Acadêmica do P/2-Segundo Período, do Curso de Bacharelado em Nutrição,
Professora de Metodologia do Trabalho Científico do P/2-Segundo Período, do Cursode Bacharelado em Nutrição, do Centro Universitário de Patos – UNIFIP
Centro Universitário de Patos – UNIFIP

INTRODUÇÃO

Na atualidade a fome e a insegurança alimentar são problemas reais pautados frequentemente, com a preocupação da qualidade de vida da sociedade. Mesmo não se encontrando no mapa da fome, o Brasil, ainda é um país que luta contra problemas comoa subnutrição, obesidade e principalmente com a irregularidade do acesso qualificado aos alimentos. Dessa maneira, se faz necessário compreender a importância da aplicação de políticas públicas, que tenham intuito de fortalecer o direito humano a alimentação e garantir a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil é um país destaque em exportação de produtos agropecuários, tendo enormes produções enviadas ao mundo, entretanto parte de sua população ainda sofre com fatores de insegurança alimentar e nutricional (InSAN). Para Dos Santos e Torres (2022) “a existência da fome vincula-se principalmente à falta de acesso ao alimento e não a sua insuficiência de produção”. Destarte, surge o interesse na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para população, como aliada principal da garantia do Direito

Humana à Alimentação e à Nutrição Adequada (DHANA), tendo por objetivo certificaro acesso a uma alimentação segura, regular, qualificada e sustentável.

Consoante Treméa *et al* (2020), para que os direitos a alimentação sejam concretizados, se faz necessário a ação de políticas públicas. Nesse contexto, as políticas públicas se mostram totalmente importantes para obter melhorias na qualidade de vida da sociedade e garantir um desenvolvimento humano equitativo. Dos Santos e Torres (2022) repassam em seu estudo que a criação da aliança entre a agricultura familiar e a promoçãode SAN, se torna um bom exemplo de política pública a ser aplicada, pois promove um sistema alimentar saudável e sustentável, sendo uma relação benéfica para os dois âmbitos, ajudando na economia e agregando no desenvolvimento da população.

Similarmente, temos grande destaque em políticas públicas aplicadas pelo Governo Federal que mostram avanços benéficos para comunidade em geral, são eles: programa Fome Zero, Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, entre outros. Para Mizuno *et al* (2021) é valido destacar que além dos programas de promoção de SAN, deve-se implementar ações complementares como a educação alimentar, visando ampliar a concretização desses feitos.

OBJETIVO

O estudo tem por objetivo ressaltar a importância da ação e aplicação de políticas públicas, como forma de garantir a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, visando a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e desenvolvimento dopaís.

MÉTODOS

Para efetuação do estudo, foi realizada uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa na plataforma do google acadêmico, a fim de coletar dados, foram selecionados três artigos. Para consulta dos materiais utilizou-se os seguintes descritores: Políticas Públicas; Direitos Humanos; Segurança Alimentar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do ponto de vista de Dos Santos e Torres (2022):

> A SAN possui a capacidade de dinamizar o processo de desenvolvimento de uma sociedade, podendo ser um vetor de crescimento econômico do país, articulando diversas iniciativas governamentais.

Consoante Treméa *et al* (2020):

> [...] é notório que ainda é preciso se atentar à problemática da fome, buscando aperfeiçoar os programas sociais e atingir um alcance maior para que todos os indivíduos que se encontram em vulnerabilidade sejam contemplados.

Já para Mizuno *et al* (2021):

> [...] novos problemas e desafios relacionados à articulação das políticas públicas emergem em tempos de pandemia (Covid 19), exigindo a criação de diferentes espaços de construção compartilhada de novas políticas, que permitam o debate e participação dos diversos segmentos da sociedade na definição de novas prioridades.

Diante do exposto, é notório a importância das políticas públicas brasileiras como fator de melhoria da qualidade de vida da população, ainda havendo a necessidade da análise de variados fatores e debates envolvendo outras esferas sociais, para que assim haja uma maior efetividade dos segmentos propostos pela lei, com intuito de abranger as diversas características ligadas a uma alimentação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de políticas públicas no contexto de segurança alimentar e nutricional exercem grande relevância no convívio atual, entretanto ainda são necessárias algumas modificações para abranger todos os indivíduos em estado de vulnerabilidade, e uma maior visibilidade para conseguirmos garantir uma sociedade equitativa.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; Direitos Humanos; Segurança Alimentar.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, Tatiana Tomal Brondani; TORRES, Ricardo Lobato. Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e a promoção do desenvolvimento inclusivo. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. Edição Especial 1 (SOBER), março, p. 208-228, 2022.

MIZUNO, Patrícia Bernardi et al. Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua relação com a agricultura familiar. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 40 Abril. p. 91-114, 2021.

TREMÉA, Elizângela; SCHAURICH, Amanda Caroline Schallenberger; SILVA, Emanuele Kelli Samaia. O direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional no contexto das políticas alimentares brasileiras. **Revista Quero Saber**, 2020.

A INFLUÊNCIA DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE NA RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS

Lisandra Martins de Arruda Domingos; Emmanuel Ferreira Sampaio; Talícia Maria AlvesBenício

[1]Estudante de Graduação em Farmácia, Estudante de Graduação em Farmácia, Professora

do Curso de Medicina Veterinária

UNIFIPCentro Universitário de Patos

RESUMO

INTRODUÇÃO: Saúde é o estado de equilíbrio dinâmico, em que as condições internas do organismo biológico resultam em um funcionamento normal dos seus órgãos e subsistemas. Entretanto, esse é um conceito bastante restrito, visto que o termo se refere a algo muito além do que mera ausência de afecções e enfermidades, abrangendo também as necessidades psicossociais, socioeconômicas e ambientais. De acordo com a OMS, existem fatores sociais que funcionam como determinantes e condicionantes da saúde. Acesso a alimentação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, educação, transporte, lazer, trabalho, renda, exercícios físicos, bens e serviços sociais, são agentes influenciadores do completo bem-estar físico, social e mental, ou também do adoecimento de uma população. Nesse contexto,os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) são considerados razões identificáveis no processo de manifestações clínicas por doenças infecciosas na sociedade, podendo ser investigados e integrados aos recursos acessíveis para referir a essas questões. Dentre as diversas complicações no âmbito da saúde pública, o uso indiscriminado de antimicrobianos tornou-se responsável pela resistência microbiana e surgimento das “superbactérias”.

REFERENCIAL TEÓRICO: Infecções são processos atrelados a agentes microbiológicos como bactérias, fungos e outros. Estes microrganismos possuem características em comum como a transmissibilidade e fácil adaptabilidade quando expostas a seus hospedeiros ou em

determinados ambientes. Processo infeccioso é caracterizado pelos desequilíbrios fisiológicos, culminando em prejuízos nas funções orgânicas do corpo, e a posteriori expressando sinais e sintomas característicos. Entretanto, cada patógeno deve ser tratado se utilizando da droga correta, e para as bactérias o tratamento é realizado com antibióticos. Estes são descritos como substâncias capazes de inibir ou debelar o crescimento delas, entretanto nos últimos anos a comunidade científica tem emitido alertas sobre o uso desenfreado dos antimicrobianos em decorrência da resistência bacteriana frente a variados antibióticos. Estudos apontam que esta problemática assola toda população mundial, porém, os dados são ainda mais alarmantes quando se trata de comunidades que padecem pela falta de políticas públicas direcionadas à garantia de seus direitos fundamentais, potencializando ainda mais a medicalização indiscriminada, sustentada pela ausência das necessidades básicas que são asseguradas pelos DSS, visto que essa problematização está intrinsicamente relacionada aos aspectos socioeconômicos e ambientais em que o indivíduo está inserido. Essa correlação demonstra que países e populações mais pobres estão mais expostos e sujeitos aos prejuízos advindos do processo de resistência, e esse fato tem sido alertado pela Aliança Quadripartite, que orienta as ações em saúde única no nível global, destacando a importância da equidade social.

OBJETIVO: O objetivo deste estudo é verificar as principais consequências decorrentes da exposição exacerbada aos antimicrobianos, bem como a resistência microbiana. Delinear seus fatores de risco, sobretudo sua relação com os DSS, destacando-os como condicionantes da dinâmica de transmissão de doenças infecciosas e propulsores do uso indiscriminado e irracional desses medicamentos, além de abordar como compactuam eminentemente a um caráter desfavorável para a saúde única.

MÉTODOS: Refere-se a um estudo com abordagem metodológica de cunho descritivo, por meio da revisão da literatura, através de trabalhos disponibilizados nos bancos de dados: BIREME, LILACS, MEDLINE, SCIELO, e acervo das Bibliotecas Virtuais das Universidades Públicas do Brasil. Para a seleção dos estudos a serem analisados na revisão em tela, foram considerados como critérios de inclusão: trabalhos disponibilizados na íntegra, publicados entre os anos de 2018 a 2023, com foco nas temáticas pertinentes à problemática da resistência bacteriana, uso inapropriado de antimicrobianos e ainda a dinâmica de transmissão de infecções causadas por patógenos resistentes e seus determinantes em populações humanas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O uso indiscriminado de antimicrobianos, em

especial dos antibióticos, pela população humana, tem sido mediador da resistência bacteriana, uma das maiores preocupações globais na atualidade, gerando consequências irreversíveis. De acordo com o Ministério da Saúde, existem estimativas que apontam cerca de 10 milhões de mortes por ano, caso esse cenário não seja revertido. Resistência microbiana é a capacidade dos patógenos se desenvolverem e proliferarem mesmo na presença de fármacos, ou ainda resistir, evoluir e adaptar a condições externas, impostas pelo ambiente. Os aspectos socioambientais são fatores determinantes da propagação de infecções causadas por esses agentes resistentes, ou seja, as circunstâncias da localidade em que o indivíduo se encontra, exercem influência na sobrevivência de microrganismos, nas características quanto à exposição e na relação interativa das pessoas que estão sujeitas. Esse fato integrado a questões socioeconômicas colocam os indivíduos em estado de moradia suscetível à falta de saneamento básico, rede de esgoto sem tratamento, possibilitando o despejo de dejetos e impurezas no ambiente, contaminando água, solo, ar e alimentos, e os vulnerabilizando a casos de infecções nessas regiões, favorecendo o contato de patógenos entre si, com o homem e com antimicrobianos, estimulando os mecanismos que potencializam a resistência. A falta de acesso a serviços básicos de saúde para esta parcela populacional contribui para automedicação com antibióticos e em consequência, aresistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ao final deste trabalho constata-se a interligação entre os DSS e a resistência bacteriana frente ao uso dos antibióticos, colocando em risco a saúde humana, animal e ambiental. Sendo necessário discutir ainda mais esta temática enfatizando a carência de políticas públicas mais efetivas que já são garantidas pela Constituição Federal, que vão desde o diagnóstico da patologia, agente causador, bem como na assistência prestada na dispensação e orientações corretas de uso e descarte consciente dos medicamentos, promovendo uma melhor e mais eficaz adesão ao tratamento, sendo possível minimizar os riscos de resistência no indivíduo ou até mesmo evitando maiores prejuízos ao que cerne as searas animal e ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Antimicrobianos. Resistência Microbiana. Saúde Coletiva. Saúde Única.

REFERÊNCIAS:

COSTA, A. L. P. *et, al.,* Modelagem matemática de infecções bacterianas causadas

por patógenos resistentes: Uma revisão sistemática da dinâmica de transmissão e seus determinantes em populações humanas. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**. v. 3, n. 1, p. 35-44, 2020.

OLIVEIRA, M. *et, al.,*RESISTÊNCIA BACTERIANA PELO USO INDISCRIMINADO DE ANTIBIÓTICOS: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA. **Revista Ibero-Americana deHumanidades, Ciências e Educação**. Criciúma, v. 6.n.11, p. 183-201,nov 2020.

SALDANHA, D. M. S. *et, al.,* O USO INDISCRIMINADO DOS ANTIBIÓTICOS: UMA ABORDAGEM NARRATIVA DA LITERATURA. **Revista Interfaces da Saúde**. Ano 5; nº1; p. 12-37, 2018.

SANTOS, M. J. DOS *et, al.,*Etiologia e perfil de resistência bacteriana em uroculturas de pacientes atendidos em um hospital público de Macapá-Amapá, Brasil. Um estudo transversal.**Diagn Tratamento**. 24(4):135-42, 2019.

SILVA JR, R. O. DA *et, al.,*O USODA BIOTECNOLOGIA NA PRODUÇÃO DE ANTIBIÓTICOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.06. jun. 2023.

A LEITURA SOB A PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE NA OBRA - A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER: EM TRÊS ARTIGOS QUE SE COMPLETAM

Isaias dos Santos Silva , Eduardo Alves da Silva , Laura Laurentino Ferreira , Maria doSocorro de Lucena Silva
Acadêmico do P/1- do Curso de Licenciatura em Letras, Acadêmico do P/1- , do Curso deLicenciatura em Letras, Acadêmica do P/1-, do Curso de Licenciatura em Letras, Professora de Leitura e Produção Textual do P/1- Curso de Licenciatura Plena em Letras, Centro Universitário de Patos – UNIFIP
Centro Universitário de Patos - UNIFIP

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da relevância da leitura, como seus efeitos para o desenvolvimento intelectual do leitor, sobretudo para a aquisição da aprendizagem, é indiscutível. Neste estudo, iremos defender a perspectiva freireana, “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. (FREIRE, 1989, p.9).

No âmbito universitário, especialmente no Curso de Letras, do Centro Universitário de Patos – UNIFIP na disciplina, Leitura e Produção Textual, a qual está no primeiro período, resultou neste estudo que foi uma atividade de fichamento da obra intitulada por todos os acadêmicos a qual se justifica a escolha da temática.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, Freire (1989) aborda as recordações sobre sua infância e consequentemente sobre sua vida adulta e trabalho como pedagogo, assim fazendo uma ponte entre o que ele chama de a “Leitura do mundo” e “Leitura da palavra”, onde a primeira precede a segunda, de forma que para ele a “leitura do mundo” seria aquela que representa nosso discernimento sobre nossas vivências, lugares e a realidade em que

vivemos, e a “Leitura da palavra” aquilo que aprendemos na escola, e como ambos conceitos podem ser trabalhados juntos para melhor entendimento do acadêmico.

Já em segundo momento, o autor trata sobre a alfabetização de adultos e as bibliotecas populares, retratando o ensino dos adultos como algo que não deveria sermecanizado, mas um ensino de modo político e de “leitura do Mundo”, por isso também se há o apoio da criação de bibliotecas populares, onde pessoas de certa cultura e comunidade possam escrever e participar das produções.

Haja vista que a prática da “palavramundo”, do alfabetizar letrando, indubitavelmente, consequentemente permite um educador mais estudioso do que a prática da “palavraescola”, que produz crianças, jovens e adultos ao analfabetismo funcional. Defender uma postura teórico-metodológica igual à de Freire implica em conhecimento teórico, consciência sobre a função política do ato educativo e desejo de mudança frente ao mundo que nos cerca. Assim sendo, vislumbramos que entre Freire não vivenciou uma portura de palavra de mundo solitária, mas dialogou com Bakhtin e Soares de forma interessante, que devem ser aprofundados não apenas no âmbito discursivo, mas principalmente no âmbito metodológico, com as adequações inerentes a cada realidade.

O autor é incisivo ao afirmar "A leitura do mundo precede a leitura da palavra" , mostrando a importância de compreender o contexto social e histórico em que vivemos parapoder ler e interpretar criticamente a palavra escrita.

Em geral, o texto enfatiza a importância da leitura e da alfabetização para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

OBJETIVO

O estudo tem por objetivo discutir a importância da leitura e sua transposição didático-político, segundo a obra – A importância do ato de ler – em três artigos que se completam de Paulo Freire.

MÉTODOS

Para efetividade do estudo, foi realizada uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa na obra - A importância do ato de ler – em três artigos que se completam de Paulo Freire.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paulo Freire (1989) na sua metodologia aplica a interatividade, pois esta articula o diálogo entre autor e leitor, isto mediado pelo texto; e entre texto escrito e texto vivido, mediado pelo professor – concebendo a interdisciplinaridade. Depreende-se, portanto, que todos os professores devem ter o compromisso político de promover o contato de seus acadêmicos com a “palavramundo”, que é processual. Trata-se, contudo, de um processo político e emancipatório. Diante do exposto, percebemos que a concepção de leitura freireana proporciona ao leitor uma visão reflexiva e crítica de sua realidade, iniciando na alfabetização e se perpertuando ao longo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que o fio condutor da obra do estudo foi à leitura da palavra, atibuindo- lhe sentido, o sentido do leitor, o significado de “mundo”. O autor nos mostrou que, a leitura praticada no âmbito acadêmico, na perspectiva reflexiva ,crítica,como um ato político, resulta em transformação social.

Nesse sentido, a perspectiva freireana está vigente, pois dialoga com as discussões atuais sobre a utilização dos gêneros discursivos/textuais orais e escritos, rfundamentados por Bakhtin e Bronckart, como instrumentos de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Além disso, ele dialoga com Kleiman e Soares no que tange à alfabetização e ao letramento.

Palavras-chaves: leitura de mundo; leitura crítica; leitura política; letramento.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. SãoPaulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4)

A NOVA ONDA DE OPIOIDES SINTÉTICOS ENTRE A POPULAÇÃO MARGINALIZADA BRASILEIRA: UM REFLEXO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Maria Letícia Quinino Caracas; Laíza Andrade Soares Diniz, DaniloSilva dos Santos; Talícia Maria Alves Benício
Estudante de Graduação em Biomedicina, Estudante de Graduação em Biomedicina,Estudante de Graduação em Biomedicina, Professora do Curso de Medicina Veterinária -UNIFIP
Centro Universitário de Patos

INTRODUÇÃO

Desde a criação da morfina, o uso de opioides pela indústria farmacêutica se alastrou conjuntamente ao número de pessoas viciadas nesses medicamentos, em virtude das propriedades químicas que causam dependência psíquica e física (DUARTE, 2005). Nas últimas duas décadas, um novo tipo de psicoativo surge: substâncias opiáceas sintéticas. Estas têm mais possibilidade de vício e taxa de letalidade maior, devido à overdose. Tendo em vista sua característica viciante, o mercado ilegal de venda de drogas utiliza esse tipo de fármaco, principalmente o fentanil, como aditivo a outros narcóticos, para causar maior dependência em seus usuários. Em concomitância, de acordo com dados do Relatório Mundial sobre Drogas, pessoas em vulnerabilidade social estão mais suscetíveis ao uso de drogas ilícitas, pois não possuem acesso adequado a direitos inerentes como saúde, educação, emprego, moradia e segurança. Sendo assim, esses indivíduos correm maior risco de contato com drogas aditivadas, graças à exposição ao narcotráfico de opioides sintéticos, e, consequentemente, sofrem alto risco de morte por overdose.

REFERENCIAL TEÓRICO

O uso de medicamentos opioides pode ocasionar vício e maior tolerância ao seu princípio ativo, portanto, surgiram os opioides sintéticos, mais fortes e mais mortais, fabricados pela indústria farmacêutica e laboratórios clandestinos. O narcotráfico, ao saber do potencial dessas novas substâncias, utiliza o fentanil e análogos como aditivos para outras drogas como: cocaína, LSD e “drogas K”. Portanto, usuários de narcóticos consomem, sem conhecimento prévio, psicoativos opiáceos, tornando-se viciados e mais propensos ao óbito por overdose, pois não têm ciência do que estão consumindo, nem controle da quantidade de aditivos.

A utilização de drogas ilícitas permeia diversas esferas da sociedade, entretanto, existem fatores que podem impulsioná-la. Realizando uma análise sociodemográfica, pesquisas apontam que a desigualdade social é um fator que corrobora para o uso de narcóticos, pois a disparidade no acesso aos diretos fundamentais sociais é agravada entre os grupos marginalizados.

OBJETIVO

Analisar a emergência da nova onda de opioides sintéticos entre a população brasileira marginalizada, destacando os riscos de substâncias opiáceas sintéticas e sua adição no tráfico de entorpecentes. Além de evidenciar como pessoas de comunidades periféricas e moradores de rua são invisibilizados pela sociedade civil e pelo Estado, sendo mais suscetíveis ao consumo de drogas e mortes por overdose.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura realizada a partir da análise de artigos encontrados no banco de dados do PubMed, selecionando os que abordavam o tema de maneira holística. Ao todo, foram selecionados 10 artigos, além disso, foram utilizados dados disponíveis nas plataformas governamentais para análises sociodemográficas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados governamentais demonstram crescimento exponencial em mortes relacionadas ao abuso de fentanil. Isso se deve a sua dose letal (cerca de 2mg), quantidade baixa e que pode ser adicionada em outras drogas, além de princípio ativo 50 vezes mais forte que a heroína. Índices do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, mostram que apenas em 2023, ocorreram 100 mil mortes de estadunidenses, as quais foram por excesso dessas substâncias no organismo. Na União Europeia, 6000 mortes por overdose foram estimadas, entre a população de 15 e 64 anos, no ano de 2021. Em território brasileiro, já há relatos do encontro de fentanil em análise de casos de intoxicação por drogas ilícitas. Ademais, em operações nacionais realizadas pela Polícia Federal, medicamentos que continham esses fármacos foram apreendidos. Sabe-se que esse opioide sintético já circula no país, entretanto, dados epidemiológicos ainda não estão disponíveis, portanto, dificulta o controle desses narcóticos.

Dessa forma, sabendo que pessoas de estratos sociais marginalizados estão mais suscetíveis ao consumo de entorpecentes, é possível correlacionar os riscos de óbito dessa população com a utilização de drogas adulteradas. Isso se deve à falha na política antidrogas e na não aplicabilidade de direitos fundamentais para pessoas de comunidades periféricas ou sem moradia, fatores que podem contribuir para a utilização de narcóticos. Cerca de 240 mil

brasileiros vivem em situação de rua, sendo 87% homens, 68% negros e 55% adultos, além disso, levantamentos demonstram que 75% da população em extrema pobreza é preta ou parda. Esses dados indicam que a desigualdade social está fortemente atrelada a um perfil étnico- racial específico. Outrossim, o Estado negligencia a segurança e o tratamento de pessoas já viciadas, o que agrava a tolerância às drogas, ocasionando a utilização de doses cada vez maiores por parte de seus usuários e a busca de novas substâncias mais potentes. Portanto, quanto maior a permanência de indivíduos viciados, maior o risco de morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população marginalizada, por consequência das desigualdades sociais, está sujeita a maior risco de contato com narcóticos. O mercado clandestino de drogas, aproveitando do descaso governamental, pratica a venda e adição de fármacos opioides sintéticos em outros entorpecentes. É perceptível que direitos garantidos pelas leis são renegados à parte significativa da população, colocando-a em risco. Logo, medidas governamentais devem ser desenvolvidas para diminuir essa problemática, a partir do aprimoramento de políticas públicas voltadas ao tratamento de usuários viciados, distribuição de naloxona (antagonista de opioides, evitando overdose) para ambientes hospitalares, oferta de empregos direcionados às pessoas em vulnerabilidade social, e investimento na educação preventiva com o objetivo de conscientização dos riscos atrelados ao abuso de drogas ilícitas. Também é necessário investir em análises epidemiológicas do uso de opioides sintéticos em território nacional para identificar as dimensões do problema, determinando a escala, dinâmica temporal, geográfica e sociodemográfica de disseminação. Ou seja, fatores cruciais para a elaboração de políticas públicas e intervenções.

PALAVRAS-CHAVE:
Opioides Sintéticos; Fentanil; Vício; Direitos Fundamentais Sociais

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **4º Informe do Subsistema de AlertaRápido sobre Drogas (SAR).** MJSP, 22 mai. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subsistema-de-alerta-rapido-sobre-drogas- sar/4o_informe_sar-02-05-2023.pdf. Acesso em 28 out. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Relatório "População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal**. 2023. Dsiponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

DUARTE, Danilo Freire. Uma breve história do ópio e dos opioides. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 55, n. 1, fev. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0034- 70942005000100015. Acesso em: 29 out. 2023.

PRODUCTS - Vital Statistics Rapid Release - Provisional Drug Overdose Data. Disponívelem: https://www.cdc.gov/nchs/nvss/vsrr/drug-overdose-data.htm. Acesso em: 29 out. 2023.

World Drug Report 2022. Disponível em: https://www.unodc.org/unodc/data-and-analysis/world-drug-report-2022.html. Acesso em: 29 out. 2023.

A PRODUÇÃO DE TEXTO: um reflexo da aprendizagem

Tainah Maria Cunha Lima , Maria Aparecida Renata Pereira Costa , Estefany Simplíciodos Santos, Maria do Socorro de Lucena Silva
Acadêmica – P/1, Curso de Licenciatura em Letras, Acadêmica – P/1, Curso de Licenciatura em Letras, Acadêmica – P/1, Curso de Licenciatura em Letras,
[4]Professora-orientadora , Curso de Licenciatura Plena em Letras - UNIFIP
Centro Universitário de Patos - UNIFIP

INTRODUÇÃO

A aprendizagem reflete na forma como o indivíduo demonstra o que conhece,desse modo a boa articulação da forma comunicativa escrita é o resultado da assimilação de outros saberes que formam o indivíduo agente na sociedade que vive,posicionando-se de forma crítica e reflexiva.

Nessa perspectiva, o estudo em questão viabiliza um questionamento intelectual acerca do texto na sociedade e na vida dos indivíduos que a compõem, o mesmo proporciona uma reflexão sobre o papel da produção textual no mundo comunicativo, discutindo a teoria e prática desse processo.

O ensino-aprendizagem da escrita e da leitura é imprescindível a uma produção textual significativa, assim sendo a produção de textos é uma forma de perceber, pensar e transformar a realidade, sendo que essa é um mecanismo que apresenta o pensamento, a criatividade e os conhecimentos empíricos e adquiridos na vivência escolar e social dos indivíduos, através da escrita.

REFERENCIAL TEÓRICO

É notório considerar a importância da análise prévia do objetivo a que se quer atingir, para assim inserir ao texto o papel reflexivo e crítico,funcionando como forma de demonstração de informações e conhecimentos juntamento com a leitura de mundo

realizada pelo emissor,formamdo assim um dinâmico e mútuo ciclo de aquisição de saberes indispensáveis à formação de indivíduo como ser socialmente ativo. Assim quando Infante (2002, p.18)

> Produzir um texto escrito é promover um ato de comunicação. Ao realizá-lo, você deve levar em conta todos os elementos envolvidos: seu papel de emissor (e, portanto de elaborador da mensagem),as características do receptor (importantes para definir a elaboração da mensagem,seu conhecimento do referente,sua capacidade de elaborar a mensagem,seu domínio do código e das condições que garantem o bom funcionamento do canal comunicativo.

Nesse sentido, uma produção textual para ser completa, deve ser construída a partir de critérios metodológicos agrupados às condições sociais e/ou culturais do contexto. A seleção das informações deve ser feita de forma concreta, com a fundamentação para que o texto seja um ponto de referência e/ou reflexão sobre a finalidade do mesmo, de maneira que os elemntos estejam claramente apresentados no corpo textual.

Partindo do pressuposto de que o texto é uma atividade linguística significativa que se dar de forma escrita e oral, é pertinente que se analise a coerência e a coesão, como forma de organização do raciocínio, atribuindo a esses a função de inserir, sistematicamente, sentidos ao texto.

A coesão está diretamente vinculada a coerência, acerca da coesão Citelli (1994, p, 36) afirma

> Os recursos que tornam possível a existência da coesão podem ser em vários níveis: estão tanto nas relações entre palavras como em frases e períodos. São formados por conjunções,preposições,diversos tipos de conectivos, expedientes relacionais, operadores argumentativos. [...] se trata de um conjunto de lemntos responsáveis pela passagem de outra unidade de sentido.

Com base no autor, a coesão textual apresenta-se na estrutura da textualidade com o objetivo de estabelecer determinados tipos de relação entre os vocábulos, garantindo, assim maior clareza com relação aos aspectos linguísticos.

Nessa perspectiva, a coerência e a coesão manifestam-se no texto com a finalidade de organizar as ideiais relacionandos-as de modo a estabelecer sequências lógicas. Sobre a coerência Citelli (1994, p.23) afirma que

> A existência do texto está condicionada a mecanismos de organização calcados em acertos tanto dos códigos da língua quanto da adequação aos destinatários. Daí pode-se afirmar que o texto não é uma sucessão desconexa de frases ou palavras enunciadas aleatoriamente. Quando falamos ou escrevemos estamos querendo comunicar intenção, buscamos ser entendidos, desejamos estabelecer contratos verbais com nossos ouvintes ou leitores.

Desse modo, a coerência manifesta-se através do sequenciamento lógico do raciocíciniodesenvovlvido no texto, ou seja, a coerência é o mecanismo com função de inserir sentido ao texto, constituído a partir da organização de fatores fundamentais a prática textual significativa.

OBJETIVO

Refletir sobre o papel da produção textual no mundo comunicativo, discutindo a teoriadesse processo.

MÉTODOS

Para realização deste estudo buscou-se a pesquisa bibliográfica, de natureza qaulitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção de texto é uma atividade inerente a todo cidadão, ao produzir um texto, o indivíduo manifesta o seu pensar através das palavras. É através da leitura e da produção escrita que os sujeitos envolvidos no processo manifestam-se de forma crítica e conscientena sociedade a qual estão inseridos. A produção de texto tem inúmeras funções. Em todos ostextos observa-se a presença de objetivos que, para serem atingidos dependem do contexto e principalemte do tipo de interlocutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que a produção de textos manifesta saberes, e para isso tem-se que ter certo domínio sobre as características da língua e o uso adequado da linguagem, para que a atividade linguística faça sentido na vida dos leitores.

Palavras-chave: Texto; reflexão; aprendizagem; conhecimento.

REFERÊNCIAS

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione,1994 INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto**. São Paulo: Scipione,2002

A SAÚDE MENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES E O CRESCIMENTO DA RAPS

Lyncoln Adriani de Freitas ; Fábio Araújo de Lacerda, Luysa Gabrielly de Araujo Morais

Estudante de Graduação em Medicina - UNIFIP, Professora do Centro Universitário de Patos - UNIFIP Centro Universitário de Patos

INTRODUÇÃO

As políticas de saúde mental são fundamentais para garantir o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental é definida como um estado de bem-estar em que o indivíduo é capaz de utilizar suas habilidades, lidar com o estresse cotidiano, ser produtivo e contribuir para sua comunidade (OMS, 2022).

No Brasil a saúde mental é atribuição do sistema único de saúde (SUS) através de diversos serviços e programas que visam criar uma rede de apoio para receber os pacientes. Esses serviços buscam criar um ambiente inclusivo, evitando a estigmatização e promovendo a recuperação. Um dos maiores desafios enfrentados é a abordagem eficaz dos problemas relacionados ao uso de substâncias, como o álcool e as drogas. Essa questão requer uma abordagem interdisciplinar que inclui prevenção, tratamento, suporte à recuperação e redução de danos.

As políticas de saúde mental evoluíram consideravelmente ao longo do tempo, adotando abordagens mais humanizadas e inclusivas (Onocko-Campos, 2019). A promoção da saúde mental, o tratamento adequado de transtornos mentais e questões relacionadas a substâncias continuam sendo prioridades para melhorar o bem-estar das pessoas e fortalecer as comunidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Política Nacional de Saúde Mental é um conjunto de diretrizes e estratégias adotadas pelo Brasil para organizar e promover a assistência às pessoas com necessidades relacionadas à saúde mental (Brasil, 2023). Ela abrange uma variedade de condições, incluindo transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar e transtorno obsessivo-compulsivo, além de abordar questões relacionadas ao uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas como álcool,

cocaína, crack e outras drogas. Os principais objetivos dessa política incluem o fortalecimento da autonomia das pessoas, promover o protagonismo, integrar e fomentar a participação social desse grupo (Brasil, 2023).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é um componente fundamental da Política Nacional de Saúde Mental do Brasil. Ela foi criada para garantir a atenção integral e o cuidado adequado às pessoas com transtornos mentais e sofrimento psíquico, seguindo princípios de desinstitucionalização e humanização (Brasil, 2011). A RAPS é composta por uma variedade de serviços e estratégias de organização do cuidado em saúde mental, incluindo: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Serviço Residencial Terapêutico (SRT); Unidade de Acolhimento (UA) e Equipe Multiprofissional de Saúde Mental. A estrutura da RAPS varia de acordo com a região e a disponibilidade de recursos, mas seu foco principal é oferecer uma gama completa de serviços que atendam às necessidades das pessoas com transtornos mentais, promovendo sua recuperação e inclusão na sociedade.

OBJETIVOS

Esse estudo tem o objetivo de compreender a situação atual da saúde mental no sistema único de saúde avaliando o número de internações hospitalares e o crescimento da rede para receber esses pacientes.

MÉTODOS

Estudo descritivo com abordagem quantitativa, realizado a partir da coleta de dados no Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) em associação com o DATASUS, de acordo com os locais de internação hospitalares por transtornos mentais e comportamentais nos anos de 2020, 2021 e 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em busca dos dados necessários, foram pesquisados o número de internações hospitalares para fazer um paralelo com o crescimento das unidades do RAPS. dessa maneira, será possível analisar se o SUS está conseguindo se adaptar frente ao crescimento das necessidades dos seus usuários.

Tabela 1: Número de internações hospitalares por região (2020-2022)

Região	2020	2021	2022
TOTAL	198.125	203.386	226.159
1 Região Norte	7.367	8.141	9.105
2 Região Nordeste	34.880	37.352	40.731
3 Região Sudeste	76.259	77.416	87.016
4 Região Sul	63.525	64.226	71.389
5 Região Centro-Oeste	16.094	16.251	17.918

Fonte: Ministério da saúde (SIH/SUS)

Ao analisar os dados de internações hospitalares por transtornos mentais e comportamentais é possível perceber um constante aumento do número de atendimentos em todas as regiões do país nos anos analisados. Isso confirma a necessidade de ampliação das unidades assistenciais da RAPS.

Tabela 2: Número de CAPS, UA, SRT e leitos de saúde mental em hospital geral habilitados na RAPS, e de beneficiários do PVC, de 2016 a 2019.

Serviços/ Estabelecimentos / Leitos	2016	2017	2018	2019 (*)	Variação (2016-2019)
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	2.450	2.548	2.580	2.591	+5,8%
Unidades de Acolhimento (UA)	54	58	59	61	+13,0%
Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT)	487	582	624	633	+30,0%
Leitos de Saúde Mental em Hospital Geral	1.072	1.330	1.441	1.505	+40,4%
Beneficiários Programa de Volta para Casa	4.445	4.484	4.458	4.485	+0,9%

Fonte: Plano nacional de saúde 2020-2023. *Em 2019 são considerados dados até o mês de junho.

Como visto na tabela, as unidades assistenciais da RAPS estão em crescimento nos últimos anos, em principal os leitos em hospitais gerais e os serviços residenciais terapêuticos. Isso é de grande importância tendo em vista as bases do SUS, na busca de uma rede de assistência que atenda às demandas crescentes da população.

Houveram avanços significativos, incluindo um aumento no número e na diversidade de serviços de saúde mental nas diferentes regiões do país. No entanto, vale destacar que, apesar desses progressos, ainda existem lacunas na assistência em algumas regiões do país. Em certos territórios, além de alguns dispositivos da atenção primária, não há outros pontos da RAPS ou estruturas adequadas para fornecer a cobertura mínima necessária em termos de serviços de saúde mental.

Esses desafios podem incluir a falta de recursos, capacitação insuficiente de profissionais de saúde e estigma associado à saúde mental. Portanto, é importante que o processo de expansão, regionalização e interiorização da RAPS seja acompanhado de

estratégias para superar esses obstáculos e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de saúde mental de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos dados, é possível identificar um crescente número de internações hospitalares e o SUS está tentando se adaptar frente à necessidade. Este estudo apresenta limitações, tendo em vista a subnotificação das internações e o número de pessoas que não procuram apoio profissional, fatores que dificultam a análise dos dados. Desse modo, são necessários mais estudos com o objetivo de compreender a dimensão real das necessidades na atenção à saúde mental no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Saúde mental; SUS; RAPS

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde 2020-2023**. Brasília, 2023. 159 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_2020_2023.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS** Banco de dados do Sistema Único de Saúde. Disponível em http://www.**datasus**.gov.br [Acessado em 3 de março de 2008] .

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World mental health report.** Genebra: OMS, 2022. Disponível em: https://www.sbponline.org.br/arquivos/9789240049338-eng.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa. **Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios**. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/LKMxbhKYbPHqP8snJjHwsLQ/. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. 21 de maio de 2013.

COERÊNCIA & COESÃO: elementos linguísticos imprescindíveis na produção de textos

Rodriely Paulo Lucena , Bruna Vitória Mendes Chagas , Maria Jaqueline Esperidião de Souza, Maria do Socorro de Lucena Silva
Acadêmico – P/1, Curso de Licenciatura em Letras, Acadêmica – P/1, Curso de Licenciatura em Letras, Acadêmica – P/1, Curso de Licenciatura em Letras, Acadêmica – P/1, do Curso de Licenciatura em Letras, Professora-orientadora , Curso de Licenciatura Plena em Letras - UNIFIP
Centro Universitário de Patos - UNIFIP

INTRODUÇÃO

A produção de textos acadêmicos, cuja escrita deve atender à organização dos elementos no contexto, como o sentido e a unidade do texto, assim torna-se imprescindível o rigor por coerência e coesão. Sob esse viés, a escolha da temática se justifica por mostrar a necessidade na produção textual, por ser científica deve transmitir coerência e a conexão gramatical e lexical.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nem todo conjunto de palavras pode ser considerado um texto. Halliday e Hasan (1976), Beaugrande e Dressler (1997). Assim sendo, para que uma seqüência de palavras seja caracterizada como texto se faz necessário que se respeite elementos, como a linearidade combinatória, ocasionada pela relação existente entre os constituintes textuais. Charroles, citado por Val (2006, p. 20–27), afirma para que um texto seja coerente e coeso, devem-se possuir os seguintes critérios, a repetição, a progressão, a não contradição e a relação.

A constituição da coesão e da coerência se faz imprescindível, não somente na produção acadêmico- científica, mas também em outras circunstâncias em que o texto representa

imperatividade, estes elementos se fazem essenciais, vitais ao discurso, pois ambos se interrelacionam entre si, de modo que se a coesão não se fizer presente, logicamente que coerência também não manifestará.

No que diz respeito à coerência textual, Fávero (2006) mostra que ela está ligada à possibilidade de estabelecer o sentido de um texto, ou seja, um texto é, somente coerente quando todos os enunciados produzidos apresentam uma sequencia de pertencimento à mesma unidade comunicativa

Igualmente, Antunes (2005), com base em suas pesquisas, reafirma que a coesão em uma produção textual, é imprescindível que haja o uso de alguns mecanismos que, sendo aplicados adequadamente, contribuem significativamente, tais como: repetição, substituição, seleção lexical e estabelecimento de relações sintático-semânticas entre variados termos.

<table>
<tr><th colspan="4">A COESÃO DO TEXTO</th></tr>
<tr><td>Relações textuais</td><td>Procedimentos</td><td colspan="2">recursos</td></tr>
<tr><td rowspan="5">1. reiteração</td><td rowspan="3">1.1 Repetição</td><td>1.1.1 Paráfrase</td><td></td></tr>
<tr><td>1.1.2 paralelismo</td><td></td></tr>
<tr><td>1.1.3 Repetição Propriamente dita</td><td>• De unidade do léxico
• De unidade da gramática</td></tr>
<tr><td rowspan="2">1.2 substituição</td><td>1.2.1 substituição gramatical</td><td>Retomada por:
• pronomes ou
• advérbios</td></tr>
<tr><td>1.2.2 substituição Lexical

1.2.3 Elipse</td><td>Retomada por:
• sinônimo
• hiperônimos
• caracterizadores situacionais
• retomada por elipse</td></tr>
<tr><td>2. Associação</td><td>2.1 Seleção Lexical</td><td>Seleção de palavras semanticamente próximas</td><td>• por antônimos
• por diferentes modosde relações de parte/ todo</td></tr>
<tr><td>3. conexão</td><td>3.1 estabelecimento De relações sintático-semânticasentre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagráficos</td><td colspan="2">Uso de diferentes Conectores:
• preposições
• conjunções
• advérbios e
• respectivas locuções</td></tr>
</table>

A coesão não é apenas mera ocorrência de elementos lingüísticos presentes no aspecto formal do texto, ela se relaciona, em muitas situações, com a coerência do texto, principalmente quando se refere à coerência sintática e à coerência local que “advém do bom uso dos elementos da língua em sequências menores, para expressarem sentidos que possibilitem realizar uma intenção comunicativa.” (KOCH e TRAVAGLIA, 2006, p. 41)

No âmbito da Linguística Textual, a coerência é vista como uma propriedade diretamente ligada à possibilidade de o sujeito estabelecer um sentido para o texto, pois ela não se encontra na superfície do texto como a coesão, assim trata-se de uma relação, tanto semântica como pragmática.

De acordo com a afirmação de Charroles citado por Val (2006, p. 20–27) a coerência não depende de orientação formal para determiná-la. Isso significa dizer, que o entendimento do texto somente acontecerá se o interlocutor possuir conhecimentos que possibilitem a compreensão do assunto.

OBJETIVO

De acordo com o objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de natureza qualitativa.

MÉTODOS

Diante do exposto, obviamente, se percebe que a produção de texto com os elementos linguísticos – coesão e coerência se tornam significativa e fundamental na compreensão do produtor e interlocutor do texto. É importante ressaltar que a produção textual é construção de conhecimento, indo mais além, pois capacita o produtor a compreender a linguagem, ser um sujeito efetivo, consequentemente, dominar a variedade padrão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, obviamente, se percebe que a produção de texto com os elementos linguísticos – coesão e coerência se tornam significativa e fundamental na compreensão do produtor e interlocutor do texto. É importante ressaltar que a produção textual é construção de conhecimento, indo mais além, pois capacita o produtor a compreender a linguagem, ser um sujeito efetivo , consequentemente, dominar a variedade padrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a coerência e a coesão dão visibilidade e qualidade a compreensão do texto pelo interlocutor, a partir da conexão das ideias.

Palavras-chave: Textualidade; coesivo; sentido; Produção textual.

REFERÊNCIAS

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang U. (1997). **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society.** Norwood: Alex.

CHAROLLES, Michel (1978). **Introduction aux problèmes de la cohèrence des textes**. Langue française. Paris: Larousse.

COSTA VAL, Maria da Graça (2006). **Redação e textualidade**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes. HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaiya (1976). **Cohesion in English**. London: Longman

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2006.

DO DIREITO À PRIVACIDADE E À PERSONALIDADE: A FRAGILIDADE DOS TERMOS DE CONCESSÃO DA LGPD NA GARANTIA DESSES DIREITOS

MARIA LETÍCIA NÓBREGA PIMENTEL
LÍVIA MEDEIROS DA NÓBREGA

RESUMO: O presente resumo busca compreender a situação atual da legislação brasileira no que diz respeito à proteção aos dados pessoais nas mídias digitais, com o objetivo de analisar se os termos de consentimento previstos na Lei Geral de Proteção de Dados são de fato capazes de garantir a plena efetivação do direito à personalidade e à privacidade no ambiente digital. Para isso, a metodologia utilizada durante a pesquisa foi o levantamento bibliográfico e documental acerca do tema. As redes sociais e as mais diversas plataformas digitais fazem-se indispensáveis no cotidiano da maior parte da sociedade, que deixam seus rastros por meio de seu histórico de pesquisa, curtidas, compartilhamentos, mensagens, posts, etc.; todas essas informações são dados que são coletados e acumulados em enormes bancos de dados, chamado de *Big Data*, que com algoritmos de aprendizado de máquina são utilizados para prever as ações e sentimentos dos usuários, que na maioria das vezes não têm o conhecimento de que isso acontece. Esse acúmulo massivo e, muitas vezes, indevido de dados podem ultrapassar os limites de alguns direitos fundamentais, como o da privacidade, pois essas informações oferecem às plataformas pleno conhecimento do que acontece na vida privada do usuário, e o direito à personalidade, isso porque esses dados dão a capacidade aos algoritmos de formular perfis psicológicos e emocionais a cada usuário, dando o poder de manipulação a essas empresas. Sendo assim, diante desse cenário, em 2018 foi aprovada a Lei n. 13.709 (LGPD) que entrou em vigor em 2021 visando uma melhor regulamentação da coleta de dados pessoais. O principal pilar da LGPD está na figura do titular, previsto no art. 5º, V, como o indivíduo referente aos dados, exercendo sua autodeterminação informativa sobre o acúmulo e tratamento de seus dados por meio do consentimento, definido no art. 5º, XII, como a manifestação livre, informada e inequívoca no qual o titular concorda com o tratamento de seus dados e sua finalidade. Na prática, ao analisar os termos de concessão é necessário levar em consideração que a maioria dos sujeitos titulares não possuem noção da dimensão que o uso e tratamento de seus dados podem atingir e em como pode afetá-los diretamente, além disso, esses termos e as políticas de privacidade dos aplicativos são geralmente feitos com uma linguagem técnica, confusa e inacessível para a maior parte dos usuários, o que os leva a apenas concordar sem de fato entender o processo. E, ainda que os compreendessem, não há muita escolha a não ser aceitar tais termos ou não aceitar e ficar sem os serviços que determinada plataforma tem a oferecer. Desse modo, pode-se concluir que a desinformação por parte dos usuários sobre seus dados os tornam incapazes de realizar uma concessão consciente e válida de acordo com a LGPD, ou seja, não conseguem exercer sua autodeterminação informativa. Ademais, o fato de o titular não ter como negociar suas discordâncias com o operador dos dados o coloca em condição de submissão nessa relação, pois este acaba sendo um acordo unilateral, no qual o indivíduo não possui o poder de não acatar os termos da plataforma em questão por precisar de seus serviços. Portanto, o fator central da Lei de Proteção de Dados torna-se frágil e ineficiente no seu dever de ajudar a preservar os direitos à privacidade e à personalidade.

PALAVRAS CHAVE: DADOS; TITULAR; CONSENTIMENTO.

BRASIL. Lei nº 13.709, de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em:
29 out. 2023.

COSTA, Ramon Silva; OLIVEIRA, Samuel Rodrigues. Os direitos da personalidade frente à sociedade de vigilância: privacidade, proteção de dados pessoais e consentimento nas redes sociais.. Revista Brasileira de direito civil em perspectiva, Belém, ano 2019, v. 5, n. 2, p. 22- 41,4 dez. 2019. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitocivil/article/view/5778/pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

ROSESTOLATO, Vitor Mesquita. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS À LUZ DA FRAGILIDADE E VALIDADE JURÍDICA DO CONSENTIMENTO DO TITULAR DO DIREITO.

2021. 34 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Três Pontas - FATEPS, Três Pontas, 2021. Disponível em: http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/2320. Acesso em: 29 out. 2023.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: UMA NECESSIDADEPARA A FORMAÇÃO CIDADÃ NO BRASIL

Arnaldo Sucuma
Professor e Coordenador do Núcleo dos Direitos Humanos, Relações Étnico Raciais eMeio Ambiente UNIFIP - Centro Universitário de Patos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho que vem ao público visa refletir sobre o contexto da educação das relações étnico raciais no sistema educacional brasileiro. Sabe-se que existe a institucionalização das leis 10.639/03 e 11.645/08 que instituem a obrigatoriedade do ensino da história africana, afro-brasileira e indígena nas escolas bem como das prerrogativas dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Refletir sobre a educação das relações étnico raciais no Brasil implica em falar de cidadania e dos direitos de uma parcela majoritária da população brasileira, nomeadamente a população negra e indígena. O acesso à educação desta parcela da população é ainda escasso na sociedade brasileira. Neste sentido, o texto privilegia o debate sobre a necessidade de promover o acesso à educação de qualidade para a população negra e indígena, bem como promover ação científica, traduzida em atividades de ensino à luz de um processo de capacitação permanente dos docentes de ensino fundamental e médio da rede estadual e municipal no Brasil. Esta formação deve ser focada na Educação das Relações Étnico-Raciais, que inserida dentro das ações afirmativas e da educação antirracista nas escolas públicas e privadas. Esta iniciativa encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 (CF).

No Brasil, de acordo com o Art. 205 da CF de 1988, a educação é um direito do cidadãoe dever do estado e da família (BRASIL, 1988, S/P). No entanto, nem todas as pessoas usufruem deste mesmo direito na sociedade brasileira, sobretudo quando se trata de umaeducação de qualidade.

Neste sentido, a educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida, levando em consideração os seguintes princípios: “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos, ações de combate ao racismo e a discriminações” (BRASIL, 2004, p. 17).

O debate sobre o racismo implica em falar em estrutura de poder. Esta discussão está ligada aos interesses econômicos, políticos e de privilégios. O capitalismo é um modo de produção perverso em termos econômico, político e social, que sustenta a estrutura de privilégios da burguesia.

A população negra vem sofrendo há séculos até hoje opressão do estado por intermédio da repressão policial, da exclusão social, educacional e da própria sociedade forjada num contexto que ajuda promover racismo, racismo institucional e estrutural. Segundo Almeida:

> O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do gruo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Na mesma linha do raciocínio o Almeida procura trazer uma análise sobre a forma que oracismo institucional e estrutural no Brasil se apresenta.

O racismo institucional está inserido dentro da organização das instituições políticas e econômicas da sociedade, as mesmas que definem os grupos que se revezam no poder. É assim que as instituições públicas – o poder judiciário, o ministério público etc. – são espaços em que elementos do patriarcado elitista e branco historicamente impõem ao conjunto da sociedade sua hegemonia e seus interesses, dificultando a ascensão de negros e/ou mulheres (ALMEIDA, 2019, p. 50).

OBJETIVO

O trabalho tem como objetivo promover um espaço de debate e de capacitação permanente na área de Educação das Relações Étnico-Raciais, no intuito de facilitar o trabalho de combate ao racismo institucional, estrutural e seus desdobramentos em diferentes setores da sociedade brasileira.

MÉTODOS

Em termos metodológicos, o trabalho foi construído através da pesquisa bibliográfica e documental, tem como suporte o método qualitativo para ajudar na análise dos dados coletados. De acordo com Uwe Flick (2009, p. 20), “A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”. Revisitando Gil (2002, p.44), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente por livros e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em termos de resultados e discussões, o estudo permitiu chegar os seguintes resultados: a necessidade de usar o trabalho educacional para combater todas as formas do racismo; existe uma percepção do aumento de casos de racismo nos últimos anos no Brasil; pouco engajamento das autoridades governamentais em três esferas da federação, dos ministérios públicos e da sociedade civil no combate ao racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, compreende-se que não existe outra forma de combater o racismo institucional e estrutural que não pelo caminho da educação, com forte comprometimento das autoridades governamentais em três esferas da federação, dos ministérios públicos e da sociedade civil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Relações Étnico-Raciais; Racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília,2004.

BRASIL, Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988.

FLICK, Uwe. *Método de Pesquisa - Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Tradução:Joice Elias Costa. 3ª ed, Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, ANTONIO, CARLOS, 1046- *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. -4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 deoutubro de 2023.

SEGURANÇA PÚBLICA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL: ANÁLISE DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE E GARANTISMO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Amanda Luisa Teixeira Leite; Maria Aparecida Gomes Leandro; Flávio Franklin Ferreira de Almeida

Estudantes de Graduação em Medicina Veterinária, Estudantes de Graduação em Medicna Veterinária, Professor do Curso de Medicina Veterinária da UNIFIP Centro Universitário de Patos

INTRODUÇÃO

O sistema carcerário brasileiro tem como um de seus escopos a reeducação de apenados, porém funciona de forma precária e ineficiente, sendo que o vasto número de reincidentes demonstra essa ineficiência por parte do Estado no seu processo ressocializador. Assim sendo, de um lado tem-se o Direito Penal do cidadão, repressivo e garantista, que se baseia nos princípios que são inerentes ao Estado Democrático de Direito. De outro lado tem-se o Direito Penal do Inimigo, no qual algumas garantias processuais são suprimidas ou relativizadas em benefício do bem da sociedade, estribando-se na prevenção de delitos praticados não por cidadãos, mas por inimigos do Estado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do século XVIII as penas não mais focavam no aspecto físico, no sentido de causar dor ao criminoso, e sim no aspecto mental, no sentido de infligir uma consciência, uma perturbação mental, de modo que o criminoso pense sobre o seu ato.

Há 1700 anos no longínquo Século III da Era Cristã, o Jurisconsulto Romano Ulpiano que: “Viver conforme o direito”; “Ser justo consiste em viver honestamente”; “Reconhecer a cada um o que é de cada um, e não causar nenhum mal a ninguém”. Contrariar cada uma dessas três prescrições de Ulpiano, portanto, é uma forma de violência. Assim, aquele que comete um crime, comete esses três atos de violência.

Nesse sentido, o crime é a expressão mais injusta de todas as expressões de toda injustiça. Quando se fala de um criminoso, comenta-se em primeiro lugar: nega-se a viver honestamente, e se uma vida honesta exige respeitar as posses e propriedades dos outros, bem como a integridade física e moral de todos. O criminoso é aquele que sem meios para alcançar posses ou ser respeitado nos seu social, toma a força aquilo que outro conquistou e ferindo tira a sua paz.

Quando se fala em políticas públicas, tem-se políticas públicas relacionadas a educação, a saúde e também as relacionadas a segurança pública. Por sua vez a cidadania é o conjunto de direitos e deveres exercidos por indivíduos que vivem em sociedade, pelos cidadãos. Então, em sentido amplo, cidadão é a pessoa que tem uma ligação jurídica com determinado Estado.

Os direitos humanos continuam sendo uma falha na sociedade brasileira, se trata de problemas edêmicos da forma de legalização social, 5.700 apenados onde só poderia ter neste espaço 1.800, ou seja, 300% a mais da capacidade ideal.

Os direitos do homem vão formar o conteúdo do direito natural. Esses direitos se baseiam na exigência ética de respeitar a dignidade do homem como pessoa moral. O delinqüente, qualquer que seja seu grau de decadência, não perdeu essa dignidade, atributo essencial do ser humano, que constitui o supremo valor que deve inspirar o Direito. Nesse sentido, ensinou PIO XII que a culpa e o delito não destroem, na intimidade do homem, o selo impresso pela mão do Criador. Com a proteção dos direitos da pessoa humana deu ensejo à formação de novos ramos do direito, como o Direito Penitenciário.

OBJETIVO

Analisar a segurança pública frente as proibições da proteção deficiente e garantismo no sistema penitenciário.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que será desenvolvida nas bases do Conselho Nacional de Justiça, IPEA, artigos científicos, periódicos, teses da plataforma google acadêmico e scielo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aumento significativo da criminalidade na atualidade e a ingerência estatal em conter esse avanço da violência acabaram na sociedade contemporânea, desviando o foco do direito penal, afastando seu papel de pacificação social e se centrando pura e simplesmente na proteção da norma. Consequência direta desse fenômeno é a proliferação desenfreada de leis penais sem responsabilidade e a reincidência criminal. Em virtude disso, o modelo clássico, tal qual como pensado, ou pelo menos imaginado durante os últimos séculos, vem sendo substituído por um direito penal simbólico. Parece óbvio que a situação do sistema carcerário é um problema crônico, sem perspectivas em curtos ou médios prazos de ser resolvido, visto que a lógica do encarceramento é mantenedora de uma demanda social por segurança e justiça que, por sua vez, encontra respaldo nas práticas diárias dos agentes do Estado, cuja prioridade, no tocante ao tema do encarceramento, está longe de ser a preservação mínima da dignidade humana dos presos, conforme previsto na Lei de Execuções Penais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto resta claro entender, que o falho sistema político penal, a deficiência nos programas de reabilitação, as precárias condições prisionais, a falta de gestão dos estabelecimentos prisionais, a superlotação

e a exposição às redes criminosas nos cárceres combinam-se e influem negativamente como aspectos reprodutores da violência e do crime, provocando, a reincidência. Uma importante contribuição para solucionar o grave problema da reincidência, seria a qualificação dos profissionais que atuam nas penitenciárias, os quais poderiam acompanhar o histórico do apenado, orientando em problemas pessoais, trabalho, educação, saúde e ligando o apenado com a realidade fora do presídio. necessita-se de pessoas e instituições trabalhando na execução de projetos verdadeiramente ressocializadores, contribuindo não só para a reeducação do apenado, mas sim na segurança que a sociedade necessita em reaver esse reeducando no convívio social, fornecendo-lhe condições de um retorno favorável e ensejando uma reintegração sem preconceitos.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemaprisional. Reincidência criminal. Lei de execução penal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. V. **Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo X cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

BARBOSA, Rejane Silva. **Sistema carcerário brasileiro e o problema da ressocialização do indivíduo** / Rejane Silva Barbosa. 2012. Monografia (graduação em Direito) – Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

COSTA, Tailson Pires. **A dignidade da pessoa humana diante da sanção penal.** São Paulo: Editora Fiúza Editores, 2014.

CUNHA, Edite de Penha; CUNHA, Eleonora Schettini. **Políticas Públicas e Sociais.** In: CARVALHO, Alysson; SALES, Fátima (Orgs.). Políticas Públicas. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 29. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SOUZA, Fátima. **Como funcionam as prisões.** 2013. Acessado em: 03 de Julho de 2023. Disponível em: http://pessoas.hsw.uol.com.br/prisoes8.htm.

SRZD Nacional. **Ministro da Justiça diz que prefere morrer a ser preso no Brasil.** 2013. Acessado em: 03 de Julho de 2023. Disponível em: http://www.sidneyrezende.com/noticia/192281

VIEIRA, Vanderson Roberto. **As funções do Direito Penal e as finalidades da sanção criminal no Estado Social Democrático de Direito.** 2012. Acessado em: 24 de Junho de 2023. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1691

TERRAS RARAS: CONFLITO TECNOLOGICO ENVOLVENDO DUAS POTENCIAS MUNDIAS

Maria Daniela de Sousa

Resumo; A viabilidade deste trabalho busca trazer luz as questões pertinentes, que seriamo rompimento do avanço tecnológico, trazendo efeitos duros em relação a saúde e o desenvolvimento econômico mundial. Analise para alcançar os fins do estudo foram através de pesquisa bibliográfica e utilização de método dedutivo. Há de conferir que as guerras e conflitos neste século ganharam novos meios de acontecerem. Sabe-se que os maiores desarranjados deste século são em busca de avançar perante os seus inimigos e aliados, esse avanço pode vir de vantagens econômicas e tecnológicas. Há pouco menos de duas décadas a China possuía grande monopólio em torno dessas terras raras que são porções naturais de elementos específicos encontrados em reservas, esses elementos possuem enorme valor econômico, pois são usados em tudo que envolve tecnologia seja qual tipo for que serão produzidos através desses elementos raros, um exemplo disso podem ser as mais avançadas maquinas de diagnósticos sob doenças que afetam os seres humanos, ou ate mesmo o carro elétrico, a lista e imensa sobre as possibilidades trazidas dessas terras raras. O conflito geopolítico nasceu justamente da perda desse monopólio Chinês, uma vez que seus concorrentes perceberam que a China usava esta vantagem para embargar sanções e vetos, e o mundo não quis depender da vontade chinesa, então os aliados norte americanos passaram a produzir em escala a extração destes elementos, esta e demasiadamente complexa, envolve aliados menores subordinados aos aliados maiores, gerando grande concorrência e disputas econômicas. Sabemos em guerras silenciosas como essa, os menores sempre ficam em desvantagem e monopolizados. Mas a outra envolvendo tal conflito, e a ameaça que a China já declarou de exportar seus frutos vindos das terras raras, a China ainda detem mais de 50% da produção, estudiosos dizem que caso isso ocorra o impacto sera de grandes proporções, mesmo que essa extração causa riscos ao meio ambiente, ela também possibilita que avancemos em tecnologia, em desenvolvimento econômico e melhores diagnósticos exames clínicos. O Brasil possui a terceira maior reserva do planeta dessas terras raras, mas não explora por questões ligadas ao ordenamento jurídico, o que diferentemente não acontece aos Estados Unidos e China, pois seus ordenamentos possuem liberdade de exploração sobre tal matéria, mas uma vez reforçando o monopólio das maiores potencias mundiais, que poderão futuramente dominar todo o planeta terra.

PALAVRAS CHAVES: MONOPOLIO; TECNOLOGIA; ALIADOS SUBORDINADOS

Camille Bortolini: A guerra das terras-raras vai acontecer?. 31 de julho de 2020. DISPONIVEL EM https://diplomatique.org.br/a-guerra-das-terras-raras-vai-acontecer/ **Acesso** 23/10/2023